

A presente comunicação resulta do estudo “Imigrantes de Leste em Portugal: da migração à inserção”, efectuado pelo CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social, com financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Foi objectivo deste estudo proceder à caracterização sócio-demográfica da população em causa bem como a uma análise do grau de integração destes imigrantes na sociedade portuguesa. A análise incidiu no contexto territorial da Área Metropolitana de Lisboa.

Passarei, de seguida, a apresentar alguns dos resultados obtidos. Primeiro, porém, e de forma muito breve, tentarei contextualizar o fenómeno da imigração oriunda do leste europeu no contexto da imigração em Portugal.

Os movimentos migratórios com Portugal como destino têm sofrido mudanças importantes ao longo das últimas décadas, e que têm correspondido ao estabelecimento de diferentes correntes.

De qualquer forma, em 1970, cerca de três em cada quatro imigrantes era de origem europeia, valor que em 1975 rondava ainda os 67%. É, pois, nomeadamente na segunda metade da década de 70 que se assiste a uma intensificação e diversificação das correntes migratórias. Aos fluxos que têm uma origem económica juntam-se, após a descolonização, os refugiados e os chamados retornados. Assim, em 1980, são já mais de 58.000 os estrangeiros residentes em Portugal, sendo que destes só cerca de 30% são europeus, representando os africanos 47.8% do total.

O final da década de 90 vem introduzir novas alterações ao panorama imigratório português. A par da continuidade na imigração proveniente dos PALOP e de um reforço da imigração proveniente do Brasil, surgiu um novo fluxo que veio ter consequências importantíssimas a este nível: a imigração com origem nos países do leste europeu.

---

<sup>1</sup> CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social

Atelier: Migrações e Etnicidades

Assim, no final de 2001 encontravam-se legalmente em Portugal 74.409 indivíduos oriundos da Europa de Leste, dos quais 71.831 dispunham de uma autorização de permanência. Considerando os anos de 2001 e 2002, obtiveram autorização de permanência em Portugal 96.122 europeus de leste.

Dentro da designação "imigrantes de leste" há, porém que distinguir diferenças significativas em termos da expressão da presença de diferentes nacionalidades em território português. Mais de 60% do total de autorizações de permanência concedidas a oriundos do leste europeu disse respeito a ucranianos, registando as restantes nacionalidades mais representadas, valores comparativamente mais baixos. A segunda comunidade mais representativa é a da Moldávia, que representa pouco mais de 10%, seguindo-se a Romena com cerca de 10%.

A amostra inquirida neste estudo é constituída por 166 indivíduos. Destes, a maioria é de nacionalidade ucraniana (47.6%), sendo os cidadãos moldavos a segunda maior comunidade (20.5%) enquanto que os nacionais da Rússia ocupam a terceira posição (14.5%). Foram ainda inquiridos cidadãos de outras oito nacionalidades.

Esta corrente imigratória é, de facto, muito recente. Em consonância com os dados oficiais do SEF, os imigrantes presentes na amostra começaram a chegar a Portugal a partir de 1997, coincidindo o maior número de entradas com os anos de 2000 e, sobretudo, 2001, o ano da regularização extraordinária de imigrantes.

Em termos residenciais quase todos os inquiridos residem na Área Metropolitana de Lisboa. Lisboa é o concelho onde residem mais inquiridos - cerca de um em cada três - repartindo-se os restantes por outros nove concelhos da área metropolitana.

A distribuição por sexo segue o padrão correspondente a uma população nas primeiras fases do processo migratório, predominando os homens, que representam mais de 2/3 (69.9%), face a 30.1% de mulheres.

As características de uma população nas primeiras fases do processo migratório voltam a sobressair na distribuição etária. Todos os inquiridos se encontram em idade activa,

Atelier: Migrações e Etnicidades

oscilando as suas idades entre os 15 e os 58 anos. No entanto, apesar do limite superior se situar quase nos 60 anos, trata-se de uma população extremamente jovem, sendo que 3/4 tem, no máximo, 41 anos. Um em cada quatro tem 28 anos ou menos, situando-se quer a média, quer a mediana das idades nos 36 anos.

A estrutura familiar mais representativa no contexto da amostra é a dos agregados compostos por elementos não aparentados, muito embora um em cada cinco inquiridos se enquadre numa família nuclear com filhos. Ao contrário do que acontece com outras populações imigrantes, nomeadamente com populações originárias dos PALOP, a proporção de famílias alargadas e extensas é relativamente reduzida.

Esta é uma migração claramente económica. A razão para migrar prende-se, na maioria dos casos (79.4%), com a tentativa de fuga a uma situação sócio-económica precária no país de origem, onde o emprego escasseia ou é extremamente mal remunerado, não sendo suficiente para fazer face às despesas. A fuga à instabilidade sócio-política é referida por apenas 2.4% dos inquiridos, representando a reunião familiar já 5.5% das respostas (16% entre as mulheres).

É de salientar, porém, que o valor relativo à reunião familiar diz respeito apenas às respostas expressas nesse sentido e que poderá subir para o dobro se considerarmos aqueles cujo cônjuge já se encontrava em Portugal quando para aqui migraram (10.8%). Se a este valor se juntar o número daqueles cujo cônjuge veio depois e o número dos que migraram para Portugal em conjunto com o cônjuge, verificamos que 61.9% dos inquiridos casados/juntos tem o cônjuge a residir consigo em Portugal, o que é assinalável tendo em conta o carácter recente do fenómeno.

O motivo mais referido para a escolha de Portugal como destino para a migração diz respeito à facilidade de legalização (28.9%), mais referido até do que a presença no país de amigos ou conhecidos (26.5%).

Mas é importante notar que estas facilidades são referidas por todos os inquiridos, qualquer que seja o ano da sua vinda para Portugal. Mesmo cerca de um em cada seis inquiridos que vieram depois de 2001 e que, teoricamente, encontrariam maiores

Atelier: Migrações e Etnicidades

dificuldades neste campo, apontam as facilidades de legalização como principal motivo para a escolha de Portugal.

O regresso ao país de origem é algo que divide a amostra. De facto, se 42.8% dos inquiridos afirma ter planos de regresso ao país de origem, 47% afirma o contrário, sendo cerca de 10% os que afirmam não saber.

Três em cada quatro inquiridos que afirma ter planos de retorno estabelece um prazo máximo de cinco anos para o fazer, e metade quer mesmo regressar no prazo máximo de dois anos.

O contexto habitacional de residência da maior parte dos imigrantes inquiridos passa pelo aluguer de uma habitação. A utilização de instalações no local de trabalho, nomeadamente nos estaleiros da construção, tão explorada mediaticamente, é referida por apenas 3.6%.

É de notar, porém, a grande mobilidade residencial destes indivíduos, visto que apenas 1/3 esteve sempre no mesmo alojamento desde que chegou a Portugal. Esta é uma situação que se encontra grandemente relacionada com o tempo de permanência no país. Ao contrário do que acontece(u)<sup>2</sup> com a grande maioria dos imigrantes oriundos dos PALOP, que residem/residiram na mesma casa durante décadas, para os imigrantes oriundos do leste europeu a primeira residência parece ser encarada, na maioria dos casos, como uma solução muito transitória que, passado o primeiro impacto, vai sendo substituída por soluções mais convenientes.

O tempo médio de residência no alojamento actual é de quinze meses, valor que varia, principalmente, em função do tempo de permanência em território português - vinte e seis meses para os que aí residem desde antes do ano 2000, oito para os que vieram depois de 2001; dezasseis e treze meses para os que chegaram em 2000 e 2001, respectivamente.

---

<sup>2</sup> Os processos de realojamento representaram, para a maioria, a primeira mudança em termos residenciais durante a sua permanência em Portugal.

Atelier: Migrações e Etnicidades

No que diz respeito à situação dos inquiridos face à escolaridade, foi possível verificar que todos frequentaram a escola, tendo mais de 1/3 completado o ensino superior (36.3%). Quase metade (49.1%) completou um curso técnico/profissional. É de realçar, pois, que apenas 10.4% não completou um curso superior ou técnico/profissional<sup>3</sup>, o que representa uma diferença abissal em relação à população portuguesa.

Também ao contrário do que acontece na população portuguesa, é possível verificar que quanto mais velhos os inquiridos maior o seu nível de escolaridade, situação para a qual podem concorrer dois factores. Por um lado, uma possível maior generalização da decisão de migrar entre os indivíduos mais novos ao passo que entre os mais velhos tenderão a sair sobretudo os mais escolarizados. Por outro, os reflexos do colapso do Bloco de Leste e dos seus efeitos sobre o sistema de ensino e percurso escolar dos indivíduos.

Seguindo o padrão tradicional de uma população nas primeiras fases de imigração, esta é uma população com taxas de actividade altíssimas. A taxa de actividade feminina, embora mais baixa do que a masculina (98.2%) atinge o valor considerável de 88%. No momento da inquirição registava-se uma taxa de desemprego de 10.8% entre os inquiridos (6.1% para os homens e 22.7% para as mulheres), bastante superior aos 6.3% registados para o total da população no mesmo período.

O tempo de permanência em Portugal parece constituir-se como um factor de protecção face ao desemprego. Seja através da possibilidade de acesso, desde logo, a empregos mais estáveis e seguros proporcionada pela chegada mais cedo ao país, ou pelo facto de o maior tempo de permanência (com as mais valias que tal pode originar em termos de conhecimento do mercado de emprego, contactos, domínio da língua, etc.) ter levado ao acesso a empregos de segurança e estabilidade crescente, é possível constatar que, enquanto que nenhum dos inquiridos vindos antes do ano 2000 se encontrava desempregado no momento da inquirição, já cerca de um em cada cinco dos chegados depois de 2001 se encontrava em situação de desemprego.

---

<sup>3</sup> Contabiliza-se ainda 3.7% de inquiridos com situação confusa decorrente de discrepâncias entre número de anos de escolaridade e formação completada (por exemplo um curso superior completado tendo o inquirido apenas dez anos de escolaridade) e que, por esse facto, foram colocados numa categoria à parte.

Atelier: Migrações e Etnicidades

A situação de desemprego era, para a maior parte destes inquiridos, uma situação muito recente (um mês, no máximo), correspondendo, para a quase totalidade, à procura de um novo emprego. Não se verificava, porém, desemprego de circulação. A situação de desemprego vivida no momento da inquirição era a única situação de desemprego nos últimos doze meses para quase todos, havendo apenas um caso que registava já a quinta situação de desemprego.

A situação de desemprego prende-se sobretudo com a cessação do trabalho por parte da entidade empregadora, seja pelo fim do contrato ou do trabalho, ou mesmo pelo despedimento do trabalhador, situações que primavam, porém, pela informalidade e que fazem com que a maioria não estivesse a receber subsídio de desemprego, precisamente pela ausência de qualquer relação de trabalho estabelecida.

A maior parte dos inquiridos encontra-se a trabalhar em profissões relacionadas com o sector da construção. No entanto, aqueles que se encontram na situação de “servente” representam uma minoria em relação aos que se encontram em profissões “especializadas”<sup>4</sup> como canalizadores ou electricistas.

Este é um aspecto em que o género é, obviamente, um grande factor de diferenciação, sendo que nenhuma mulher se encontra representada nas profissões relacionadas com o sector da construção e nenhum homem desenvolve a sua actividade nos serviços domésticos/de limpeza. Para além disso, quase três em cada quatro inquiridos que trabalham no sector da restauração são mulheres.

A situação de “servente” é mais representativa entre os imigrantes mais recentes, desaparecendo entre os que vieram antes do ano 2000. O inverso acontece com as profissões “especializadas” referidas, reforçando a ideia da passagem de uma situação para outra após algum tempo de experiência. Da mesma forma, é entre as imigrantes mais recentes que se verifica proporções mais elevadas de empregadas domésticas/de limpeza.

---

<sup>4</sup> A especialização é relativa dado que, mais do que corresponder verdadeiramente a uma especialização formal, corresponde, em grande parte dos casos, a uma especialização em contexto de trabalho, passando os trabalhadores primeiro pela serventia de pedreiro. Passa também por uma terminologia do sector, fazendo a sua diferenciação nomeadamente em relação às tarefas mais relacionadas com a edificação manifesta das estruturas.

O trabalho dos imigrantes inquiridos é, quase exclusivamente, por conta de outrem (97.2%), sendo que cerca de três em cada quatro (76.8%) tem um contrato a termo certo. O contrato sem termo é mais frequente entre os indivíduos mais jovens.

A influência do tempo de permanência encontra-se reflectida na qualidade do emprego daqueles que se encontram a trabalhar, tanto maior quanto mais antiga a vinda para Portugal, quer se trate de tipo de contrato ou da realização de descontos para a Segurança Social. 16.7% dos inquiridos chegados antes de 2000 tem um contrato sem termo, não havendo inquiridos com outros tipos de contrato precários, ao passo que dos que chegaram depois de 2001, só 3.8% tem um contrato sem termo, havendo mais de 1/3 (34.7%) com outro tipo de contratos precários (à hora, ao dia, etc.). Da mesma forma, todos os inquiridos chegados antes de 2000 afirmaram fazer descontos para a Segurança Social, face a 65.4% dos chegados depois de 2001.

Cerca de dois em cada três dos inquiridos que se encontram a trabalhar afirmam-se satisfeitos com o seu emprego/trabalho, situação esta que se prende, para 21.1% destes inquiridos, com o facto de ganharem bem, o que se enquadra com os objectivos claros de migrantes económicos.

No entanto, uma razão há, expressa por mais de 1/3 destes inquiridos (35.8%), e que é a mais referida, que é o gosto pelo trabalho desempenhado, o que pode levantar algumas questões, nomeadamente em relação à desadequação, tanta vezes falada, entre as habilitações e o trabalho desenvolvido por estes indivíduos, tanto mais que 16.5% refere que a satisfação com o emprego se deve ao facto de ser aquilo para que está habilitado.

Esta possível desadequação encontra-se expressa na resposta mais assinalada para a não satisfação com o emprego, exactamente o facto de não ser aquilo para que o/a inquirido/a se encontra habilitado (38.6%)<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Convém, porém, lembrar que tal valor corresponde a apenas 12% dos inquiridos que se encontram a trabalhar. Os outros principais motivos referidos para a insatisfação com o emprego/trabalho são o ganhar pouco (29.5%) e o facto de ser fatigante (18.2%).

Atelier: Migrações e Etnicidades

No entanto, o grau de satisfação dos inquiridos que têm formação superior, apesar de ser o mais baixo (59.6%) e bastante inferior aos do que têm formação técnica/profissional (69%), é apenas ligeiramente mais baixo ao daqueles que não completaram formação superior ou técnica/profissional (61.5%).

Os resultados do estudo vêm infirmar, por um lado, e confirmar, por outro, as imagens que se foram consolidando no senso comum ao longo dos últimos anos. Assim, confirma-se a ideia de que esta é uma migração de carácter claramente económico, que encontrou em Portugal um dos seus principais destinos sobretudo devido às facilidades de legalização aqui encontradas pelos inquiridos e que foram, acrescentamos nós, exploradas pelos esquemas de auxílio à imigração ilegal.

Os homens continuam a predominar largamente mas a recomposição familiar é já uma realidade evidente sobretudo tendo em atenção o carácter ainda recente do fluxo. Em termos habitacionais ressalta clara a baixa prevalência de situações mais vulneráveis, mas mais exploradas pelos media, como o alojamento em estaleiros de obras.

Confirmou-se a integração destes indivíduos sobretudo nos sectores da construção e dos serviços domésticos sendo, porém, evidente que o maior tempo de permanência no país parece ser decisivo para o acesso a empregos mais recompensadores.

Finalmente, a questão das habilitações literárias. Esta, é de facto, uma população com um alto nível de escolaridade, muito superior ao da população portuguesa, por exemplo, mas é necessário clarificar que não são todos “médicos e engenheiros”. O ensino técnico/profissional ocupa, nesta população, um lugar de destaque, qualificando os indivíduos para o desempenho de um conjunto de profissões que, no nosso país, vão resultando apenas da experiência e de algum esforço auto-didacta.